ÉMILE BENVENISTE

PROBLEMAS DE LINGÜÍSTICA GERAL

tradução de

MARIA DA GLÓRIA NOVAK
e
LUIZA NERI

revisão do

Prof. ISAAC NICOLAU SALUM

1976

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CAPÍTULO 21

da subjetividade na linguagem[241]

Se a linguagem é, como se diz, instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade? A pergunta pode surpreender, como tudo o que parece questionar a evidência, mas às vezes é útil pedir à evidência que se justifique. Duas razões surgem então sucessivamente no espírito. Uma consistiria em que a linguagem, sem dúvida, se encontra *de fato* assim empregada porque os homens não encontraram um meio melhor nem mesmo tão eficaz para comunicar-se. Isso equivale a comprovar o que se queria compreender. Poderíamos também pensar em responder que a linguagem apresenta disposições tais que a tornam apta a servir de instrumento: presta-se a transmitir o que lhe confio — uma ordem, uma pergunta, um anúncio —, e provoca no interlocutor um comportamento, cada vez, adequado. Acrescentaríamos, desenvolvendo essa idéia sob um aspecto mais técnico, que o comportamento da linguagem admite uma descrição behaviorista, em termos de estímulo e resposta, de onde se conclui pelo caráter mediato e instrumental da linguagem. Será realmente da linguagem que se fala aqui? Não a estamos confundindo com o discurso? Se propomos o discurso como a linguagem posta em ação — e necessariamente entre parceiros —, fazemos aparecer sob a confusão uma petição de princípio, uma vez que a natureza desse "instrumento" se explica pela sua situação como "instrumento". Quanto ao papel de transmissão desempenhado pela linguagem, não podemos deixar de observar, de um lado,

241. *Journal de psychologie*, jul.-set. 1958, P.U.F.

que esse papel pode caber a meios não lingüísticos — gestos, mímica — e, de outro lado, que nós nos deixamos enganar, falando aqui de um "instrumento", por certos processos de transmissão que nas sociedades humanas são, sem exceção, posteriores à linguagem e lhe imitam o funcionamento. Todos os sistemas de sinais, rudimentares ou complexos, se encontram nesse caso.

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclinamo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. Seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma "coisa" que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num "objeto". Ainda uma vez, porém, esse papel volta à palavra.

Uma vez remetida à palavra essa função, podemos perguntar-nos o que a predispunha a assegurá-la. Para que a palavra assegure a "comunicação", é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas a atualização. De fato, é na linguagem que devemos procurar a condição dessa aptidão. Ela

reside, parece-nos, numa propriedade da linguagem, pouco visível sob a evidência que a dissimula, e que não podemos ainda caracterizar a não ser sumariamente.

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de "ego".

A "subjetividade" de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como "sujeito". Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa "subjetividade", quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É "ego" que *diz ego*. Encontramos aí o fundamento da "subjetividade" que se determina pelo *status* lingüístico da "pessoa".

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade — que eu me torne *tu* na alocução daquele que por sua vez se designa por *eu*. Vemos aí um princípio cujas conseqüências é preciso desenvolver em todas as direções. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a "mim", torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma conseqüência totalmente pragmática. Polaridade, aliás, muito singular em si mesma, e que apresenta um tipo de oposição do qual não se encontra o equivalente em lugar nenhum, fora da linguagem. Essa polaridade não significa igualdade nem simetria: *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto a *tu*; apesar disso, nenhum dos dois termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição "interior/exterior", e ao mesmo tempo são reversíveis. Procure-se um paralelo para isso; não se encontrará nenhum. Única é a condição do homem na linguagem.

Caem assim as velhas antinomias do "eu" e do "outro", do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do "próximo", ou seja, ao contrário, a sociedade, que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento lingüístico da subjetividade.

Terá de ser lingüístico esse fundamento? Onde estão os títulos da linguagem para fundar a subjetividade?

De fato, a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes. É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares. Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem. Contentar-nos-emos em citar os mais aparentes.

Os próprios termos dos quais nos servimos aqui, *eu*, e *tu*, não se devem tomar como figuras mas como formas lingüísticas que indicam a "pessoa". É notável o fato — mas, familiar como é, quem pensa em notá-lo? — de que entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região que ela seja, não faltam jamais os "pronomes pessoais". Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível. Pode acontecer somente que, em certas línguas, em certas circunstâncias, esses "pronomes" sejam deliberadamente omitidos; é o caso na maioria das sociedades do extremo oriente, onde uma convenção de polidez impõe o emprego de perífrases ou de formas especiais entre certos grupos de indivíduos, para substituir as referências pessoais diretas. Esses usos, no entanto, não fazem mais que sublinhar o valor das formas evitadas; é a existência implícita desses pronomes que dá o seu valor social e cultural aos substitutos impostos pelas relações de classe.

Ora, esses pronomes se distinguem de todas as designações que a língua articula, no seguinte: *não remetem nem a um conceito nem a um indivíduo.*

Não há conceito "eu" englobando todos os *eu* que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito "árvore" ao qual se reduzem todos os empregos individuais de *árvore*. O "eu" não denomina pois nenhuma entidade lexical. Poder-se-á dizer, então, que *eu* se refere a um indivíduo particular? Se assim fosse, haveria uma contradição permanente admitida na linguagem, e anarquia na prática: como é que o mesmo termo poderia referir-se indiferentemente a qualquer indivíduo e ao mesmo tempo identificá-lo na sua particularidade? Estamos na presença de uma classe de palavras, os "pronomes pessoais", que escapam ao *status* de todos os outros signos da linguagem. A que, então, se refere o *eu*? A algo de muito singular, que é exclusivamente lingüístico: *eu* se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual. A realidade à qual ele remete é a realidade do discurso. É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como "sujeito". É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. Se quisermos refletir bem sobre isso, veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim, ele mesmo sobre si mesmo.

A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*.

Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem. Desses pronomes dependem por sua vez outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores da *deíxis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do "sujeito" tomado como ponto de referência: "isto, aqui, agora" e as suas numerosas correlações "isso, ontem, no ano passado, amanhã", etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia.

É fácil ver que o domínio da subjetividade se amplia ainda e deve chamar a si a expressão da temporalidade. Seja qual for o tipo de língua, comprova-se em toda parte certa organização lingüística da noção de tempo. Pouco importa que essa noção se marque na flexão de um verbo ou por meio de palavras de outras classes (partículas, advérbios, variações lexicais, etc.); é problema de estrutura formal. De uma ou de outra maneira, uma língua distingue sempre "tempos"; quer seja um passado e um futuro, separados por um "presente", como em francês; ou um presente-passado oposto a um futuro, ou um presente-futuro distinto de um passado, como em diversas línguas ameríndias, podendo essas distinções por sua vez depender de variações de aspecto, etc. Sempre, porém, a linha de participação é uma referência ao "presente". Ora, esse "presente", por sua vez, tem como referência temporal um dado lingüístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve. A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso. O *Dictionnaire général* define o *presente* como "o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está". Devemos tomar cuidado; não há outro critério nem outra expressão para indicar "o tempo em que se *está*" senão tomá-lo como "o tempo em que se *fala*". Esse é o momento eternamente "presente", embora não se refira jamais aos mesmos acontecimentos de uma cronologia "objetiva" porque é determinado cada vez pelo locutor para cada uma das instâncias de discurso referidas. O tempo lingüístico é *sui-referencial*. Em última análise, a temporalidade humana com todo o seu aparato lingüístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem.

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas "vazias" das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua "pessoa", definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes.

A instalação da "subjetividade" na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria da pessoa. Tem além disso efeitos muito variados sobre a própria estrutura das línguas, quer seja na organização das formas ou nas relações da significação. Aqui, visamos necessariamente línguas particulares, para ilustrar alguns efeitos da mudança de perspectiva que a "subjetividade" pode introduzir. Não saberíamos dizer qual é, no universo das línguas reais, a extensão das particularidades que assinalamos; no momento, é menos importante delimitá-las que fazê-las ver. O francês dá alguns exemplos sob medida.

De maneira geral, quando emprego o presente de um verbo de três pessoas (segundo a nomenclatura tradicional), parece que a diferença de pessoa não ocasiona nenhuma mudança de sentido na forma verbal conjugada. Entre *je mange* e *tu manges* e *il mange* [= "eu como e tu comes e ele come"], há de comum e de constante o fato de que a forma verbal apresenta uma descrição de uma ação, atribuída respectivamente, e de maneira idêntica, a "eu", a "tu", a "ele". Entre *je souffre* e *tu souffres* e *il souffre* [= "eu sofro e tu sofres e ele sofre"], há paralelamente em comum a descrição de um mesmo estado. Isso dá a impressão de uma evidência, já implicada pelo alinhamento formal no paradigma da conjugação.

Ora, inúmeros verbos escapam a essa permanência do sentido na mudança das pessoas. Esses dos quais vamos tratar denotam disposições ou operações mentais. Dizendo *je souffre* [= "eu sofro"], descrevo o meu estado presente. Dizendo *je sens* (*que le temps va changer*) [= "sinto que o tempo vai mudar"], descrevo uma impressão que me afeta. O que acontecerá, porém, se em vez de *je sens* (*que le temps va changer*) eu disser: *je crois* (*que le temps va changer*) [= "creio que o tempo vai mudar"]? A simetria formal é completa entre *je sens* e *je crois*. E quanto ao sentido? Posso considerar esse *je crois* como uma descrição de mim mesmo tanto quanto *je sens*? Será que me descrevo "crendo" quando digo *je crois* (*que*...)? Seguramente que não. A operação de pensamento não é absolutamente o objeto do enunciado; *je crois* (*que*) equivale a uma afirmação mitigada. Ao dizer *je crois* (*que*...) converto numa enunciação subjetiva

o fato asseverado impessoalmente, isto é, *le temps va changer*, que é a verdadeira proposição.

Consideremos agora os seguintes enunciados: *vous êtes*, "*je suppose*", *Monsieur X*... — "*je présume*" *que Jean a reçu ma lettre* — *il a quitté l'hôpital, d'où* "*je conclus*" *qu'il est guéri* [= "O senhor é, *suponho*, o senhor X... — *presumo* que Jean recebeu a minha carta — ele deixou o hospital, donde *concluo* que está curado"]. Essas frases contêm verbos que são verbos de operação, *supposer, présumer, conclure*, e igualmente de operações lógicas. Entretanto *supposer, présumer, conclure* postos na primeira pessoa não se comportam como, por exemplo, *raisonner, réfléchir* [= "raciocinar, refletir"], que no entanto parecem muito vizinhos. As formas je raisonne, je réfléchis me descrevem raciocinando, refletindo. Totalmente diferentes são *je suppose, je présume, je conclus*. Ao dizer *je conclus* (*que*...), não me descrevo ocupado em concluir; qual poderia ser a atividade de "conclure"? Não me represento supondo, presumindo quando digo *je suppose, je présume*. O que *je conclus* indica é que, da situação apresentada, tiro uma relação de conclusão que toca um fato dado. É essa relação lógica que está instaurada num verbo pessoal. Igualmente *je suppose, je présume* estão muito longe de *je pose, je résume* [= "proponho, resumo"]. Em *je suppose, je présume*, há uma atitude indicada, não uma operação descrita. Quando incluo no meu discurso *je suppose, je présume*, implico o fato de que tomo certa atitude quanto ao enunciado que se segue. De fato já se terá observado que todos os verbos citados estão seguidos de *que* e uma proposição: esta é o verdadeiro enunciado, não a forma verbal pessoal que a governa. Em compensação, essa forma pessoal é, se se pode dizer, o indicador de subjetividade. Dá à asserção que segue o contexto subjetivo — dúvida, presunção, inferência — próprio para caracterizar a atitude do locutor em face do enunciado que profere. Essa manifestação da subjetividade só tem relevo na primeira pessoa. Não se imaginam verbos semelhantes na segunda pessoa senão para retomar *uerbatim* uma argumentação — tu supposes qu'il est parti [= "supões que ele partiu"] — o que é apenas a maneira de repetir o que o "tu" acaba de dizer: "*je suppose* qu'il est parti". Suprima-se, porém, a expressão da pessoa deixando só: *il suppose que*... e, do

ângulo do *eu* que a enuncia, não se tem mais que uma simples comprovação.

Discerniremos ainda melhor a natureza dessa "subjetividade" ao considerarmos os efeitos do sentido produzidos pela mudança das pessoas em certos verbos de palavra. São verbos que denotam pelo seu sentido um ato individual de alcance social: *jurer, promettre, garantir, certifier*, com variantes locucionais como *s'engager à..., se faire fort de...* [= "jurar, prometer, garantir, certificar; alistar-se, empenhar-se em"]. Nas condições sociais nas quais a língua se exerce, os atos denotados por esses verbos são olhados como constrangedores. Ora, aqui a diferença entre a enunciação "subjetiva" e a enunciação "não subjetiva" aparece em plena luz, desde que se tenha percebido a natureza da oposição entre as "pessoas" do verbo. É preciso ter no espírito que a "terceira pessoa" é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que *não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocução. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como "não-pessoa". Esse é o seu *status*. A forma *ele*... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por "eu".

Ora, *je jure* é uma forma de valor singular, por colocar sobre aquele que se enuncia *eu* a realidade de um juramento. Essa enunciação é um *cumprimento*: "jurar" consiste precisamente na enunciação *eu juro*, pela qual o *Ego* está preso. A enunciação *je jure* é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro. Dizendo *je promets, je garantis*, prometo e garanto efetivamente. As conseqüências (sociais, jurídicas, etc.) do meu juramento, da minha promessa se desenrolam a partir da instância de discurso que contém *je jure, je promets*. A enunciação identifica-se com o próprio ato. Essa condição, porém, não se dá no sentido do verbo: é a "subjetividade" do discurso que a torna possível. Pode ver-se a diferença substituindo-se *je jure* por *il jure*. Enquanto *je jure* é um compromisso, *il jure* é apenas uma descrição, no mesmo plano de *il court, il fume* [= "ele corre, ele fuma"]. Vê-se aqui, em condições próprias dessas expressões, que o mesmo verbo, segundo seja assumido por um "sujeito" ou esteja colocado fora da "pessoa", toma um

valor diferente. É uma conseqüência do fato de que a própria instância de discurso que contém o verbo apresenta o ato, ao mesmo tempo em que fundamenta o sujeito. Assim, o ato é cumprido pela instância de enunciação do seu "nome" (que é *jurar*), ao mesmo tempo em que o sujeito é apresentado pela instância de enunciação do seu indicador (que é "eu").

Muitas noções na lingüística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação lingüística.